



Governo do Estado de Pernambuco
Secretaria de Educação e Esportes
Conselho Estadual de Educação

INTERESSADA: AUTARQUIA DE ENSINO SUPERIOR DE GARANHUNS
(AESGA)/FACULDADES INTEGRADAS DE GARANHUNS
(FACIGA)

ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM NÍVEL DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO, EM DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL E EM DIREITO MÉDICO

RELATOR: CONSELHEIRO IGOR FONTES CADENA

PROCESSO Nº: 14000110005178.000184/2023-43

*PUBLICAÇÃO DOE: 28/08/2024 pela
Portaria SEE nº 4594 de 27/08/2024.*

PARECER CEE/PE Nº 055/2024-CES

APROVADO PELO PLENÁRIO EM 14/08/2024

1 DO RELATÓRIO

A Presidente da Autarquia de Ensino Superior de Garanhuns (AESGA), por meio do Ofício nº 136/2023 (GP/AESGA), de 01 de novembro de 2023, protocolou em 06 de novembro de 2023, no Conselho Estadual de Educação de Pernambuco (CEE/PE), a solicitação de Autorização dos Cursos de Pós-Graduação em nível de especialização em Direito Trabalhista e Previdenciário, em Direito Civil e Processual Civil e em Direito Médico.

O pedido foi instruído com os documentos exigidos pela Resolução CEE/PE nº 04/2020, que regula, no âmbito do Sistema de Ensino do Estado de Pernambuco, a acreditação do serviço público educacional, especificamente da Educação Superior, em nível de pós-graduação – cursos de pós-graduação *lato sensu* (aperfeiçoamento e especialização) e *stricto sensu* (mestrado acadêmico, mestrado profissional, doutorado acadêmico, doutorado profissional), na modalidade presencial.

A AESGA/FACIGA em atendimento ao artigo 25, da Resolução CEE/PE nº 04/2020, deste Conselho Estadual de Educação de Pernambuco, encaminhou a seguinte documentação:

- Ofício dirigido ao Presidente do Conselho Estadual de Educação – pedido de autorização para oferta dos cursos em nível de pós-graduação;
- Ato de Credenciamento das Faculdades Integradas de Garanhuns (FACIGA) (Parecer CEE/PE nº 121/2017-CES), publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) de 30/11/2017 pela Portaria SEE nº 10.251/2017);
- Parecer de renovação de reconhecimento do Curso de Bacharelado em Direito – Modalidade Presencial (Parecer CEE/PE nº 049/2024-CES);
- Ato de Credenciamento do Programa Institucional de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito (Parecer CEE/PE Nº 067/2023-CES);
- Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- Certidões Negativas de Débitos: Seguridade Social – Regime Geral de Previdência Social e regime próprio, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) (válido até 23/08/2023);

- Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, com validade até 16/09/2024;
- Identificação dos dirigentes da Instituição – Portaria nº 012/2021 – GP da Prefeitura Municipal de Garanhuns;
- Alvará de Funcionamento da Instituição (válido até 07/10/2024);
- Descrição da estrutura física da AESGA;
- Projeto do Curso de Especialização em Direito Trabalhista e Previdenciário;
- Projeto do Curso de Especialização em Direito Civil e Processual Civil;
- Projeto do Curso de Especialização em Direito Médico;
- Declaração de acessibilidade da Instituição de acordo com a Lei Federal nº 10.098 de 2000.

2 DA ANÁLISE

2.1 Da Instituição

A Autarquia do Ensino Superior de Garanhuns (AESGA) foi criada pela Lei Municipal nº 2.174, de 23 de agosto de 1985, com a finalidade de agregar a já existente Faculdade de Ciências da Administração de Garanhuns (FAGA) – Lei Municipal nº 1.698, de 14 de janeiro de 1976 e, a partir desse ato, permitir a criação de outras Instituições de Educação Superior (IES), atendendo à vocação da cidade, conhecida em âmbito estadual, como município Polo Educacional. A AESGA, enquanto instituição da administração indireta, está subordinada à Legislação Municipal (Leis nº 2.692 de 06/11/1993 e nº 3.445, de 28/12/2006), aos dispositivos legais aprovados pelo Conselho Estadual de Educação de Pernambuco (CEE/PE) e a Legislação da Educação Superior Brasileira.

A AESGA é mantenedora da FACIGA que foi idealizada para absorver a Faculdade de Ciências da Administração de Garanhuns (FAGA), a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de Garanhuns (FAHUG), a Faculdade de Direito de Garanhuns (FDG) e a Faculdade de Ciências Exatas de Garanhuns (FACEG), responsáveis pela oferta de cursos presenciais, semipresenciais, graduação, pós-graduação e extensão. A Instituição encontra-se credenciada ao Sistema Estadual de Ensino de Pernambuco por meio do Parecer CEE/PE nº 121/2017-CES.

2.2 Da Infraestrutura

A Infraestrutura da FACIGA/AESGA abrange uma área total de 7.906,20 m², das quais 6.297,31 m² são de área construída. A área administrativa para os serviços/setores administrativos é constituída de 03 (três) edifícios e 04 (quatro) blocos. A Infraestrutura Física Acadêmica para os serviços/setores acadêmicos é constituída de 03 (três) edifícios em 02 (dois) Blocos assim distribuídos:

2.2.1 Infraestrutura Física Administrativa

BLOCO 1 Administrativo (320,46 m²)	BLOCO 2 (248,87 m²)	BLOCO 3 (245,93 m²)	BLOCO 4 (22,84 m²)
Presidência Recepção Departamento Pessoal Tec. da Informação Tesouraria e Contabilidade Compras Licitação Departamento Jurídico CESP Secretaria Acadêmica Sala de reuniões Sanitários	Auditório	Biblioteca	Sala dos Professores Sala de Manutenção Copa e cozinha

Fonte: Relatório descrição da estrutura física apropriada, FACIGA – 2023.

2.2.2 Infraestrutura Física Acadêmica

BLOCO 5 Acadêmico-pedagógico (4.027,23m²)	ANEXO DO BLOCO 5	BLOCO 6 (1.006,53 m²)
Almoxarifado e Patrimônio Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) Recepção Protocolo 40 salas de aula Sala de reuniões Comunicação Sala da Coordenação de Pós-Graduação Salas das Coordenações dos Cursos Sala da Assessoria de Assistência Social Sala da Coordenação de Estágio Departamento de Pesquisa e Extensão Sala da Avaliação Institucional Sala da Coordenação do PROUPE/PROGUS Sala do Núcleo de Práticas Administrativas (NIPA) Sala de Projetos Acadêmicos Sanitários para Servidores Sanitários para os Alunos Sala da Chefia de Serviços Gerais Sala da Escolaridade	Sala de videoconferência 03 Laboratórios de Engenharia 01 Caixa d'água (46m²)	Quadra Poliesportiva coberta

Fonte: Relatório descrição da estrutura física apropriada, FACIGA (2023).

A biblioteca da AESGA dispõe de uma área física de 245,93 m², distribuídas em: espaço de recepção e protocolo, sala do acervo aberto, salão de estudos (com mesas de estudo em grupo e cabines de estudo individuais), sala de coordenação, sala de estudo reservada, sanitários e armários para guarda de objetos pessoais dos discentes.

A Biblioteca Ivonita Alves Guerra funciona diariamente, de segunda a sexta no horário das 10 às 22 horas, e aos sábados, de acordo com o calendário da pós-graduação, no

horário das 8 às 17 horas.

No que se refere à Declaração de Acessibilidade, a Presidente da AESGA declara que atende à legislação em vigor e descreve as adequações realizadas desde o ano de 2017, em atendimento às recomendações deste CEE/PE para melhoria das regras de acessibilidade previstas na legislação em vigor.

2.3 Do Programa Institucional de Pós-Graduação em Direito

O Programa Institucional de Pós-Graduação em Direito FACIGA foi credenciado neste Conselho Estadual de Educação, por meio do Parecer CEE/PE nº 067/2023-CES, Publicado no DOE de 25/07/2023 pela Portaria SEE nº 3249 de 24/07/2023, com vigência até 25/07/2028, conformidade com os requisitos estabelecidos pela Resolução CEE/PE nº 4, de 25 de março de 2020.

O Projeto Pedagógico do Programa Pós-Graduação em Direito da FACIGA informa (PPP, p.23 e 24) que de acordo com o Parágrafo Único, da referida Resolução, assegura:

a oferta e a validade de cursos de aperfeiçoamento prescindem de acreditação, e em conformidade com o art. 7º. Os cursos de especialização visam ao aprimoramento da formação acadêmica recebida em nível de graduação, especializando, atualizando e incorporando novas competências e novos perfis profissionais ao educando, para o seu desenvolvimento e o do seu meio social, a AESGA manterá ativos, no programa, atualizado e regulado conforme legislação pertinente, cursos nas áreas de concentração do conhecimento correlatas ao Direito.

Área de Conhecimento:

Ciências Sociais Aplicadas

Direito

Teoria do Direito

Teoria Geral do Direito

Teoria Geral do Processo

Direito Penal

Direito Processual Penal

Direito Processual Civil

Direito Civil

Direito do Trabalho

A caracterização geral do Programa Pós-Graduação em Direito da FACIGA é a seguinte:

Modalidade: Pós-Graduação *Lato Sensu* – Especialização e/ou MBA

Turno de Funcionamento: Integral

Carga Horária total por curso ofertado: 390 h/a

Tempo de Integralização: mínimo 18 meses (01 ano e meio) e máximo 24 meses (02 anos).

Vagas Ofertadas: 40 vagas, por curso/turma, conforme Projeto Pedagógico do Curso em oferta.

Formas de Acesso: seleção curricular/entrevista individual (como critério de desempate, quando houver).

Regime de Matrícula: em conformidade com os contratos de prestação de serviços educacionais, a matrícula é solicitada para a vigência de cada curso em oferta, e enquanto

durara vigência do contrato.

Avaliação do processo ensino-aprendizagem: expressa por notas, em conformidade com o sistema de avaliação adotado pela AESGA, a avaliação se pautará na atribuição de notas de 0 (zero) a 10 (dez), sendo 7,0 (sete) a nota mínima para integralização do componente curricular. A frequência mínima obrigatória é de 75% da carga horária total de cada disciplina.

O Regimento do Programa de Pós-graduação da AESGA foi aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), homologado pelo Conselho de Administração (CAA/AESGA) e referendado por esse Conselho Estadual de Educação por meio do Parecer CEE/PE nº 067/2023-CES.

2.4 Dos Projetos Pedagógicos dos Cursos para Oferta da Pós-Graduação

Os Cursos de Pós-graduação em Direito da FACIGA possuem uma carga horária total de 390 h/a, sendo 360h/a para disciplinas obrigatórias e 30h/a para Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Tendo como prazo para integralização, no mínimo, 18 meses e, no máximo, 2 anos, podendo excepcionalmente se estender por mais um ano.

Regime de aulas é quinzenal, ocorrendo sextas-feiras, das 15h às 22h, e aos sábados, de 08h às 12h e das 14h30 às 18h.

Quanto ao público-alvo, os Cursos se propõem a atender Bacharéis em Direito e graduados em cursos de nível superior que desempenham ou pretendem desenvolver atividades ligadas à área jurídica e à docência no Ensino Superior.

A Coordenação do Programa Institucional da Pós-Graduação da AESGA será exercida pela professora Dra. Cláudia Fernanda Teixeira de Melo, Graduada em Pedagogia, com Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente e o Corpo Docente para os Cursos segue no quadro abaixo:

DOCENTE	TITULAÇÃO
1. ADRIANO FABIO CORDEIRO DA SILVA	DOUTOR
2. ANNA CECÍLIA SOBRAL BEZERRA	DOUTORA
3. BRUNA MARIA JACQUES F. ALBUQUERQUE	DOUTORA
4. CLÁUDIA FERNANDA TEIXEIRA DE MÉLO	DOUTORA
5. ELBA RAVANE ALVES AMORIM	MESTRE
6. FRANCISCO DIRCEU BARROS	MESTRE
7. JOÃO CARLOS PINTO DE BARROS	MESTRE
8. JOSÉ ÉMERSON ALVES DA SILVA	MESTRE
9. LAUDEMIRO RAMOS TORRES NETO	MESTRE
10. LEONILLA MARIA MENESES MENDONÇA PASSOS	MESTRE
11. MARIA ISABEL PEREIRA DE SOUZA CORREIA	MESTRE
12. ORLANDO FERRO DE LIMA	MESTRE
13. PAULA CALABRIA DA SILVA	MESTRE
14. PAULA IZABEL BEZERRA ROCHA WANDERLEY	DOUTORA
15. RAISSA BRAGA CAMPELO	DOUTORA
16. REINALDO ALVES PEREIRA	MESTRE
17. RICARDO JOSÉ DE LIMA BEZERRA	DOUTOR
18. SILVIA RENATA DE ARAUJO OLIVEIRA	MESTRE
19. TAIZA MARIA ALVES DA SILVA	DOUTORA
20. TATIANA APARECIDA COSTA	MESTRE
21. THAMINNE NATHÁLIA CABRAL MORAES E SILVA	DOUTORA
22. VALÉRIA SOARES DE OLIVEIRA	MESTRE

2.4.1 Do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Trabalhista e Previdenciário

O Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* Direito Trabalhista e Previdenciário foi elaborado em conformidade com as diretrizes do Regimento da Pós-Graduação/AESGA, da Resolução CEE/PE nº 04/2020, de 25 de março de 2020, que trata dos elementos de natureza administrativo-pedagógica essenciais à organização e sistematização da oferta, execução, monitoramento e avaliação do Curso.

O Curso apresenta como objetivos:

- Contribuir na formação continuada de Bacharéis em Direito e profissionais graduados em nível superior atuantes na área jurídica;
- Preparar os alunos para atuação no mercado de trabalho, no campo do direito trabalhista e previdenciário;
- Permitir o aperfeiçoamento e a formação de um novo perfil dos profissionais, diferenciado, atualizado e especializado, através de debates sobre temas atuais e polêmicos, sobre as questões trabalhistas e previdenciárias e suas consequências jurídicas;
- Proporcionar a construção de uma visão sistêmica do mundo para a solução das questões jurídicas trabalhistas e previdenciárias;
- Habilitar os alunos para pesquisa e docência do ensino superior, na área do direito trabalhista e previdenciário;
- Qualificar o profissional para o exercício de funções jurídicas próprias, incluindo magistratura, as funções essenciais à Justiça, as atividades forenses correlatas, o magistério superior e a pesquisa. (PPC, p.11)

A especialização tem seus conteúdos distribuídos em quatro módulos, tendo início com a Fundamentação do Direito Trabalhista e Previdenciário e continuando com o segundo módulo específico acerca de Direito do Trabalho, o terceiro módulo sobre o Direito Processual do Trabalho, e o quarto módulo com o Direito Previdenciário, por fim, o quinto e último módulo com as Metodologias, da pesquisa e do Ensino superior, como apresentado na Matriz Curricular que segue:

Quadro 1 – Matriz Curricular do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Trabalhista e Previdenciário

DIREITO TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO	
MÓDULO I – INTRODUÇÃO	
Disciplinas	CH
Criatividade, humanização e integração	15
Fundamentação e historicidade do Direito do Trabalho	30
Teoria Geral do Processo	15
Teoria Geral das Provas	15
Flexibilização e desregulação do Direito do Trabalho: o Direito do Trabalho pós-reforma	15
MÓDULO II – DIREITO DO TRABALHO	
Disciplinas	CH
Sistema sindical brasileiro e liberdade sindical	15
Greve e negociação coletiva	15
Espécies de contrato de emprego e relação de emprego	15
Jornada de trabalho, repouso e férias	15

Remuneração e salário	15
Interrupção, suspensão e alteração do contrato	15
FGTS, estabilidade, terminação do contrato	15
MÓDULO III – DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	
Disciplinas	CH
Fundamentos do Direito Processual do Trabalho	15
Processo Trabalhista de Conhecimento	15
Sistema Recursal Trabalhista	15
Execução Trabalhista	15
MÓDULO IV – DIREITO PREVIDENCIÁRIO	
Disciplinas	CH
Introdução à seguridade social e benefícios previdenciários	15
Custeio e contribuição social	15
Acidente de trabalho e doenças profissionais do trabalho	15
Processo judicial e processo administrativo previdenciário	15
Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e Direito Digital do Trabalho	15
MÓDULO IV – Metodologia	
Disciplinas	CH
Teoria e Prática dos Procedimentos Especiais Metodológicos	30
Metodologia da Pesquisa Aplicada ao Ensino Superior	30
CARGA HORÁRIA TOTAL	390

Fonte: Projeto do Curso, 2023.

2.4.2 Do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Civil e Processual Civil

O Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Civil e Processual Civil, elaborado em conformidade com as diretrizes do Regimento da Pós-Graduação/AESGA, da Resolução CEE/PE nº 04/2020, de 25 de março de 2020, apresenta os seguintes objetivos para o Curso:

- Contribuir na formação continuada de Bacharéis em Direito e profissionais graduados em nível superior atuantes na área jurídica;
- Atualizar interessado no estudo do Direito Civil em conformidade com a Constituição de 1988 e alterações posteriores, permitindo acesso ao conhecimento atual e específico de cunho teórico e prático;
- Discutir as inovações do Direito Civil e processual civil brasileiro;
- Proporcionar uma ampla visão do Direito Civil e Processual Civil, com ênfase nos temas essenciais para a compreensão do fenômeno da supremacia constitucional neste início do século XXI;
- Qualificar o profissional para o exercício de funções jurídicas próprias, incluindo a magistratura, as funções essenciais à Justiça, as atividades forenses correlatas, o magistério superior e a pesquisa. (PPC, p.11)

A especialização apresenta seus conteúdos distribuídos em quatro módulos relacionados entre si, tendo início com a Fundamentação do Direito Civil e continuando com os módulos específicos de Direito Civil e Processual Civil, o terceiro de Direito Processual Civil, por fim as Metodologias, da pesquisa e do Ensino superior, como apresentado na Matriz Curricular a seguir:

Quadro 2 – Matriz Curricular do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Civil e Processual Civil

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL	
MÓDULO I – Introdução	
Disciplinas	CH
Criatividade, Humanização e Integração	15
A Constitucionalização do Direito Civil	30
Direitos da Personalidade e Novos Enfoques na Contemporaneidade	15
Os contratos na atualidade	15
Tópicos avançados sobre Responsabilidade Civil	15
Direitos Reais: questões sociais, jurídicas e cartorárias	15
MÓDULO II – Família e Sucessões e Direito Empresarial	
Disciplinas	CH
Os novos arranjos familiares e o Direito das Famílias Contemporâneo	30
Prática Cível na Dinâmica do Processo Judicial Eletrônico	15
Tópicos avançados sobre Direito Sucessório: dimensões teóricas e práticas	15
Direito Digital, Compliance, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e Justiça 4.0	30
Crise Econômica, Recuperação de Empresas e Falências	15
MÓDULO III – Direito Processual Civil	
Disciplinas	CH
Normas Fundamentais do Novo Modelo Processual inaugurado pelo Código de Processo Civil de 2015	15
O Neoprocessualismo e o Direito Processual Civil do futuro	15
Formas de solução de conflitos e as técnicas autocompositivas contemporâneas	15
Processos Estruturais: análise teórica e pragmática	15
Sistema Precedencialista e o Sistema Recursal	15
Execução: judicialização e desjudicialização	15
Análise crítica das Tutelas Provisórias	15
Processos coletivos	15
MÓDULO IV – Metodologia	
Disciplinas	CH
Teoria e Prática dos Procedimentos Especiais Metodológicos	30
Metodologia da Pesquisa Aplicada ao Ensino Superior	30
CARGA HORÁRIA TOTAL	
	390

Fonte: Projeto do Curso, (2023).

2.4.3 Do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Médico

O Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Médico foi elaborado em conformidade com as diretrizes do Regimento da Pós-Graduação/AESGA, da Resolução CEE/PE nº 04/2020, de 25 de março de 2020, e apresenta os seguintes objetivos para o Curso:

- Contribuir na formação continuada de Bacharéis em Direito e profissionais graduados em nível superior atuantes na área jurídica e demais áreas afins;
- Capacitar profissionais como especialistas sobre a ética médica e os aspectos multidisciplinares, atuando de forma preventiva e proativa;
- Proporcionar uma ampla visão do Direito Médico no Brasil, com ênfase nos temas essenciais para a compreensão do fenômeno da supremacia constitucional neste século XXI;
- Oferecer uma formação destinada aos profissionais da área jurídica,

saúde e afins, somando com gestores públicos e privados, potencializando o conhecimento teórico e prático voltado à atuação responsável e segura quanto ao Direito Médico e suas ramificações;

- Qualificar o profissional para o exercício de funções jurídicas próprias, incluindo a magistratura, as funções essenciais: à Justiça, às atividades forenses correlatas, ao magistério superior e à pesquisa científica. (PPC, p.11)

A especialização apresenta seus conteúdos distribuídos em quatro módulos relacionados entre si, tendo início com a Fundamentação do Direito Médico, continuando com o módulo específico de Direito Médico e sua correlação com o Processual Civil e Processo Penal, por fim as Metodologias, da pesquisa e do Ensino superior como apresentado na Matriz Curricular que segue.

Quadro 3 – Matriz Curricular do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Médico

DIREITO MÉDICO	
MÓDULO I – Introdução	
Disciplinas	CH
Criatividade, Humanização e Integração	15
A Constitucionalização do Direito Médico	30
Introdução a Bioética, Ética e o Direito da Saúde	15
Direito, Medicina e Tutela das Fases da Vida	15
Tópicos Avançados sobre Direito Médico no Brasil	15
Direitos Reais: questões sociais, jurídicas e na área de saúde	15
MÓDULO II – Fundamentos e Prática do Direito Médico	
Disciplinas	CH
Tópicos especiais em Direito Médico	15
Responsabilidade Penal em Direito Médico	30
Responsabilidade Civil em Direito Médico	30
Direitos dos pacientes e vulnerabilidades	15
Responsabilidade civil-hospitalar	15
Perícia Médica e Medicina Legal	15
Prontuário médico / documentos médicos / sigilo médico	15
MÓDULO III – Direito Médico e Tecnologias	
Disciplinas	CH
Mediação, arbitragem, conciliação e negociação no Direito Médico	15
Direito empresarial médico, cooperativas e organização profissional	15
Empreendedorismo jurídico e o Direito Médico	15
Reprodução assistida e genética aplicada ao Direito Médico	15
Direito Digital, Compliance, LGPD e Justiça 4.0	15
Processos coletivos	15
MÓDULO IV – Metodologia	
Disciplinas	CH
Teoria e Prática dos Procedimentos Especiais Metodológicos	30
Metodologia da Pesquisa Aplicada ao Ensino Superior	30
CARGA HORÁRIA TOTAL	390

Fonte: Projeto do Curso, (2023).

3 VOTO

Pelo exposto, considerando o credenciamento em vigor do Programa Institucional de Pós-Graduação em Direito (Parecer CEE/PE nº 067/2023-CES), das Faculdades

Integradas de Garanhuns(FACIGA), credenciada pelo Parecer CEE/PE nº 121/2017 – CES, mantida pela Autarquia de Ensino Superior de Garanhuns (AESGA), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) de nº 11.224.920/0001-00, autorizando-se a oferta dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*, em nível de Especialização em Direito Trabalhista e Previdenciário, em Direito Civil e Processual Civil e em Direito Médico, na modalidade presencial, obedecida as Matrizes Curriculares e os modos de sua integralização apresentadas, neste parecer, com 40 vagas, com funcionamento na Av. Caruaru, 508, Heliópolis – Garanhuns – PE, Código de Endereçamento Postal (CEP) nº 55.290-000, pelo prazo remanescente do credenciamento do Programa Institucional de Pós-Graduação em Direito, com vigência até 25/07/2028.

É o Voto.

4 CONCLUSÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior acompanha o Voto do Relator e encaminha o presente parecer à apreciação do Plenário.

Sala das Sessões, em 07 de agosto de 2024.

IGOR FONTES CADENA – Presidente e Relator
ANTONIO HERIQUE HABIB CARVALHO
HUMBERTO JOÃO CARNEIRO FILHO
JOSÉ ALYSSON DA SILVA PEREIRA
JÚLIO CESAR GALINDO BORBA
TARCIA REGINA SILVA

5 DECISÃO DO PLENÁRIO

O Plenário do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco decide aprovar o presente Parecer nos termos do Voto do Relator.

Sala das Sessões Plenárias, em 14 de agosto de 2024.

Natanael José da Silva
Presidente